

Movimentos e parentesco: sobre as especificidades dos deslocamentos

Igor José de Renó Machado
(UFSCar)

INTRODUÇÃO

O tema das migrações enquanto fenômeno fundamental da mobilidade humana tem sido objeto de sucessivas investidas teóricas, tentando dar-se um sentido geral e amplo aos movimentos. A ideia de uma teoria geral das migrações sempre correu junto a esses investimentos. Num rápido retrospecto, relativo ao esforço que teve impacto na antropologia, vemos que, ao final do século XIX, os difusionistas atribuíam à própria mobilidade o motor da história humana: nada se inventava, tudo se copiava por meio dos movimentos populacionais (Hugill 1996; Kuklick 1996; Blaut 1993)¹.

Mas a potência da mobilidade foi logo domada intelectualmente pela imobilidade: as pessoas se movem, mas lentamente se aculturam, integram, deixam de ser diferentes. Seguiu-se uma onda de estudos de aculturação que tomavam como pressuposto que a mobilidade produziria, com o tempo, uma relativa imobilidade. Os estudos de área (como os de Kroeber, Herzkowitz, etc.) levaram aos conceitos concêntricos de eliminação da diferença: aculturação e assimilação (Mintz 1998). O tempo, portanto, é o fato de domesticação da diferença gerada pelo movimento.

Logo a seguir, entretanto, cientistas sociais perceberam que, afinal, o tempo não produzia necessariamente a assimilação: surge a etnicidade como mecanismo teórico para explicar como a mobilidade continua gerando diferença (Hutchinson; Smith 1996). Mas algo precisava ficar imóvel e, nesse caso, a imobilidade se atém à fronteira entre os grupos étnicos: esta precisa estar sempre colocada e operante como um limite de imobilidade, como uma referência estática para os processos de produção de diferença. Desde os trabalhos de Thomas e Znaniecki (1974 [1918]), e, depois, dos de Barth², vemos que tem sido necessário pensar a mobilidade a partir de algo imóvel – as fronteiras e, de certa forma, as próprias teorias. Assim, mesmo que não se possa mais falar em assimilação, pode-se tranquilizar o pensamento contra as diferenças produzidas pela mobilidade: a fronteira étnica é o tempo imóvel da etnicidade.

Mas as imigrações ainda veriam outro movimento teórico abrangente no que tange ao campo antropológico, em fuga da aculturação ou da fronteira étnica: logo surgiria a transmigração, ou a migração transnacional³. O nome designa aquelas experiências em que os migrantes, apesar de terem migrado, continuam interessados em seus países natais, promovendo atuações políticas, religiosas, sociais e ainda em várias outras escalas no país de origem. Nestes contextos, a etnicidade não era produtiva, pois os migrantes não estavam mantendo as fronteiras estáveis: estavam constituindo redes transnacionais que davam tanta importância ao país de origem quanto ao de destino: mobilidades insistentes, diríamos.

Com o tempo essa mobilidade insistente ganhou contornos estáticos, entretanto: logo os estudos transnacionais tornaram-se reflexões sobre a imobilidade do parentesco e de redes de relacionalidade. As redes sustentam a transnacionalidade e o parentesco as redes. O parentesco foi imobilizado como nos diagramas criticados por Schneider no seu *Critique* (1984). O fetiche da rede operou de modo a definir o valor da rede pela própria rede (as pesquisas chegam a um diagrama das redes e param por aí). Constantemente vemos que os desafios colocados pela mobilidade são enquadrados em esquemas que tendem, em alguma dimensão, à imobilidade.

Neste artigo, procurarei dar destaque a exemplos etnográficos como forma de ponderar a possibilidade mesma de teorias abrangentes sobre a movimentação, num exercício schneideriano. Entretanto, esboçarei uma conexão aparente nos exemplos entre movimentação e parentesco, a partir de uma perspectiva “não imobilizada”. Procuro refletir sobre a produção de socialidades a partir da movimentação de pessoas entre diferentes espaços. São quatro exemplos etnográficos que procuram demonstrar diferentes dimensões da movimentação como qualificadora de distintas experiências de vida. Nos quatro exemplos a mobilidade define socialidades diferentes, resultando em formas variadas de pensar os efeitos de múltiplas movimentações. Essa reflexão é construída a partir da minha experiência de pesquisa ao longo dos anos, sempre focada em pessoas em movimentação.

MOVIMENTO COMO ILUSÃO

O meu primeiro exemplo (Machado 1998) é o da transição de uma família do campo para a cidade, no interior de Minas Gerais, Brasil, ao longo do século XX. Este trabalho se debruçou sobre um ramo da família Rennó, a partir da vida de Luiz Carlos Rennó Neto (1910-1988). Essencialmente rural, a família, na geração dos filhos de Luiz Carlos, começou a se dividir entre o campo e a cidade. Para resumir o exemplo, temos uma produção do movimento regida por uma moral da “imobilidade” agrícola: saem as mulheres (excluídas do acesso à terra por “natureza de um sistema de parentesco” – é uma vida patrilinear e patrifocal) e saem os filhos mais novos, a quem se concedeu estudo ao invés de terra, numa espécie de feminização da existência desses, “que chegaram por último”.

No conjunto dos doze filhos do casal (sete homens e cinco mulheres), temos uma amostra desse processo. Os cinco filhos homens mais velhos tornaram-se agricultores e tiveram apoio do pai em antecipações de herança na forma de terra e, eventualmente, capital para sustento de atividades agrícolas em momentos importantes. As cinco filhas, todas, casaram-se com homens que não eram agricultores e tiveram uma “vida urbana”. As três filhas mais novas, entretanto, tiveram apoio do pai para prosseguirem os estudos e formaram-se em cursos de graduação

na região (na cidade de Itajubá/MG). Aos dois filhos mais novos, a mesma saída econômica foi adotada. Ou seja, eles estudaram com apoio do pai, mas não tiveram acesso às antecipações de herança em forma de terra.

Essa mudança de estratégia aconteceu simultaneamente a uma mudança da organização de moradia da família. Com a compra de uma casa na cidade de Brasópolis (MG), os filhos mais novos passaram a morar e estudar na cidade, configurando o núcleo dos filhos com estudo (os cinco mais novos: três mulheres e dois homens). Posteriormente a família mudou a sede urbana para Itajubá, onde havia faculdades para os filhos darem seguimento aos estudos. Essa mudança resultou no fechamento do campo para os filhos homens mais novos e uma possibilidade de estudo às filhas mais novas. Já os filhos homens mais velhos continuaram a ter a vida de agricultores auxiliada pelo pai, ao passo que as duas filhas mais velhas não tiveram nem acesso à terra, nem aos estudos.

Ora, o movimento aqui opera como uma ideologia “enganosa”, que acaba por beneficiar os que não se movimentaram em detrimento daqueles que o fizeram. Tratamos tanto da mobilidade como da imobilidade, portanto. Quem sai para a cidade não recebe terra, que é o bem mais valorizado nesse contexto. O movimento é literalmente uma expulsão de parte dos membros da família do acesso à terra. Antes apenas as mulheres eram excluídas, depois também homens “com estudo”. Essa exclusão operou juntamente a noções nativas de masculinidade, levando os filhos homens mais novos a uma vida identificada como feminina, em alguma dimensão, pois que se viram aliados da vida na terra (essa considerada propriamente masculina). Isso resultou numa vida marcada por idas e vindas entre campo e cidade para esses filhos, algumas vezes desistindo de empregos na cidade para tentar a vida no campo, mas agora sem o apoio dos processos de antecipação de herança.

A movimentação era formalmente colocada como equivalente à terra (sair para estudar era equivalente a ganhar um “dote” em terra, no discurso nativo), mas na prática, dados os valores essencialmente camponeses da família, a movimentação era uma desculpa para concentrar a terra entre os filhos mais velhos, que não se movimentaram em direção à cidade. Isso teve uma série de implicações importantes: entre os homens mais novos gerou uma crise entre valores morais ligados a terra e uma vida urbana (que na trajetória deles significou tentativas frustradas de tornarem-se agricultores depois de “velhos”). Para as mulheres gerou um “ressentimento” estrutural à ordem familiar, já que participaram ativamente das atividades econômicas da família e de repente se viram alijadas da esfera econômica familiar: os processos sucessivos de antecipação de herança (uma forma de burlar as regras legais de transmissão de patrimônio) excluía mulheres – assim como os filhos mais novos.

A movimentação campo-cidade que a história da família viu acontecer aparece, para alguns de seus membros, como uma ilusão: o que parecia um processo de melhoria de vida era, na verdade, um processo familiar de exclusão da terra. Aqui vemos que a circulação das pessoas ganha significados inesperados, sendo que o valor moral efetivo e reconhecido está atrelado à imobilidade. Essa perspectiva centrífuga da imobilidade opera apenas para alguns dos filhos, seguindo uma ordem de primogenitura até uma consideração nativa sobre o esgotamento das terras (que no caso se deu a partir do 5º filho homem).

Esses valores morais de imobilidade tem um caráter inevitável de gênero, já que definem papéis masculinos e femininos: homens devem cuidar da terra e permanecer imóveis, enquanto as mulheres devem se movimentar,

sair de casa para casar (seja na roça ou na cidade). Essa expulsão das mulheres se atrelou a uma imagem da cidade como uma experiência feminina. Some-se a isso o fato de que as estratégias de moradia urbana na cidade eram organizadas de modo que o pai permanecia na roça e a mãe morava na cidade para cuidar dos filhos mais novos. A família manteve uma casa na cidade, primeiramente em Brasópolis, depois em Itajubá, onde habitualmente apenas a mãe passava a semana, juntamente com os filhos mais novos. Os filhos mais velhos (homens e mulheres) permaneciam na roça, como uma força de trabalho. Nesses períodos, as filhas mais velhas, antes de se casarem, cuidavam da casa, da alimentação e dos afazeres ligados ao mundo das mulheres.

Esse processo de feminização da vida urbana gerou as tensões que mencionei acima na vida dos filhos homens que tiveram uma vida mais urbana que rural: de certa forma foram excluídos da lógica da imobilidade/masculinidade dos homens do campo. Essa exclusão nunca foi anunciada como tal, entretanto: o discurso familiar era de que o estudo era igual à terra e que, portanto, aos homens mais novos se dava o mesmo que havia se dado aos mais velhos. Mas esse discurso não se sustentava nas próprias moralidades rurais da família: temos o que chamo de movimento como ilusão.

A diferença entre mobilidade e imobilidade aqui se expressa obviamente na ordem do parentesco: os imóveis se casaram com mulheres da roça (excluídas como os irmãos desses homens, mas que optaram por casar com homens da terra); já os móveis casaram-se todos com pessoas da cidade. Linhagens urbanas e rurais se montaram já nessa geração. Na geração seguinte, entretanto, o esfacelamento de condições econômicas favoráveis à agricultura, somado ao avanço de moralidades urbanas, mudou o sentido positivo da imobilidade rural: os netos e netas de Luiz Carlos tiveram vidas muito mais urbanas que rurais, mas móveis que imóveis, por assim dizer. Mas essa é outra história⁴.

MOVIMENTO COMO POLÍTICA

O segundo exemplo⁵ se debruça sobre um bairro rural no sul de Minas Gerais (Brasil), muito próximo às terras da família Rennó. Indica, entretanto, um processo contrário, da construção de uma elite em movimento, contraposta aos que não se movimentam. Aqui, vemos a inversão moral entre mobilidade e imobilidade. O contraste entre os dois casos gira em torno do valor atribuído à terra em contraposição à circulação das pessoas. O resultado desse processo foi a instauração de uma nova métrica social, outra forma de classificação, em franca oposição a um sistema anterior. Nesse contexto, próximo espacialmente ao primeiro, mas deslocado no tempo (trata-se aqui da década de 1990), à imobilidade do agricultor era associada a “falta de vivência”, qualidade presente e fundamental na reestruturação da arena política de Estação Dias.

Em Dias, “vivência” era uma categoria nativa carregada de hierarquias e distinções. Quem se movia tinha mais vivência do que quem não o fizesse, invertendo completamente a moral que acompanhamos anteriormente. Eram vistos como mais preparados para entender o mundo e, nesse caso, acabavam tendo algum destaque na arena política⁶. A “vivência” é um nome nativo para movimentação, circulação, não ficar parado. Nessa perspectiva quem fica parado e não vê o mundo são os agricultores, os homens que estão ligados a terra a partir de uma

moralidade que vimos no exemplo anterior. As pessoas que circulam colocam-se num patamar mais importante e, principalmente, num patamar de quem sabe mais sobre o mundo e pode, portanto, ensinar aos imóveis algo de importante.

Estamos aqui num cenário (década de 1990) onde a agricultura de pequena escala está sufocada economicamente, num bairro essencialmente rural, onde a maior parte das famílias depende dos recursos no campo para sobreviver. Mas há algumas pessoas que não dependem da terra para o sustento. Como o bairro está muito próximo à cidade, e fica à margem da rodovia, o deslocamento é muito facilitado. Assim, algumas pessoas escolhem morar no bairro, embora trabalhem efetivamente nas cidades ao redor. Os poucos recursos econômicos que movimentam o bairro vêm dos salários de quem trabalha nas cidades vizinhas e, portanto, circula. Controlar esses recursos justamente pela movimentação possibilitou uma narrativa de sucesso atrelada à circulação.

Aqui temos um fator determinante na produção desse simbolismo favorável à movimentação: quem se movimenta mais, no caso específico, são as mulheres. Isso porque elas em geral têm mais estudo que os homens (estes dedicaram-se desde cedo à agricultura), e têm mais condições de ter empregos urbanos. Esses empregos estão geralmente vinculados às secretarias de governo das cidades ao redor, onde atuam como professoras no ensino público, como secretárias em repartições públicas, ou mesmo ao setor de comércio dessas cidades, onde atuam principalmente como vendedoras, cabeleireiras, etc. O mesmo processo de conexão entre mulheres e trajetórias urbanas que vimos no exemplo anterior aqui opera numa escala maior, mas com efeitos distintos, se pensarmos na crise econômica ligada à produção agrícola de pequena escala.

Com empregos nas cidades próximas, essas mulheres ganham gradualmente destaque por terem muita vivência. Os empregos em outras cidades implicam numa movimentação constante e diária entre cidades e o bairro rural. Implica em passar todos os dias pelos trajetos urbanos que são valorizados. Essa movimentação faz delas também intermediárias privilegiadas para assuntos variados: elas dão carona para quem tem consultas médicas nas cidades, trazem remédios de farmácias, encomendas de familiares que estão na cidade, etc. São muitos os exemplos que mostram como elas tornam-se importantes no cotidiano do bairro por circularem sistematicamente. Essa importância trouxe também para o centro da arena política local a ideia de vivência, que as favorece como intermediárias privilegiadas entre os habitantes e o poder político local.

Esse destaque transformou-se em poder político, sendo essas mulheres logo agentes políticos importantes no bairro, cotejadas pela política local e vistas como decisivas na construção de votações do bairro. Vários partidos políticos tentaram a filiação dessas mulheres que, entretanto, agindo em conjunto, optaram pela posição de intermediárias sem vínculo formal com qualquer partido. Uma frente não partidária de mulheres “com vivência” teve atuação política importante nos processos eleitorais na década de 1990, apoiando candidatos a partir de pautas negociadas caso a caso. De certa forma, dominaram os espaços políticos a partir de uma moralidade do movimento. Essa moralidade condena a imobilidade e transforma os imóveis em vítimas e os móveis em modelos.

Por outro lado, vemos outra relação com os parentescos locais: mesmo prescrevendo-se uma moralidade que inverte a lógica rural do valor da terra, que empodera as mulheres, ainda assim a pessoa mais influente era

a filha do antigo coronel local, aquele que concentrava todas as movimentações políticas até a década de 1980. Assim, mesmo que a moralidade e a lógica das construções locais de gênero tenham se invertido, a estrutura do poder continua permeada pelas relações de parentesco tradicionais. Um pouco do capital político das mulheres em sua “vivência” ainda tem relação com as formas tradicionais de política local, relacionadas ao poder econômico e à conexão com as forças políticas tradicionais locais.

Assim, essas mulheres são reconhecidas como agentes políticos importantes. Essa influência tem relação íntima com a movimentação constante que executam diariamente e com as conexões e favores que ela possibilita. Essa influência legitima um discurso de exclusão dos “imóveis”, que são descritos como sem “vivência” e, portanto, sem capacidade para entender o mundo ao redor. A vida exclusiva como agricultores os distanciava do mundo urbano, do conhecimento, das relações e a espiral da crise econômica dos 1990 os impossibilitava também de ter ascensão econômica, tornando-os dependentes das relações das mulheres com “vivência”. Como uma linguagem de hierarquização social, a “vivência” operava tanto para empoderar alguns como para desempoderar outros. O fato é que essa linguagem era aceita tanto por uns como por outros.

Vemos em Dias que a desculpa polida para a exclusão de homens e mulheres da terra, o estudo, passou a ser o elemento de reestruturação de uma ordem política. O estudo possibilitou a um grupo de mulheres a mobilidade entre as cidades vizinhas, onde tinham seus empregos. Junto com essa mobilidade foi-se construindo uma moralidade, processo facilitado pelo declínio econômico dos agricultores (e da cafeicultura), tornados em devedores crônicos das ações políticas dessas mulheres. Essa moralidade opera como uma espécie de revanche das mulheres, antes excluídas da vida política local. Mas algo do esqueleto da antiga ordem se mantém: o parentesco é a linha dorsal dessa nova representatividade política.

MOVIMENTO COMO IDENTIFICAÇÃO

O terceiro exemplo (Machado 2004, 2006 e 2009), que trata da imigração internacional de brasileiros no Porto, Portugal, demonstra como a mobilidade qualifica lugares de poder, por dinâmicas inesperadas, definitivamente influenciadas pelas políticas de imigração portuguesas. Nesse exemplo vemos como a movimentação ganha sentidos distintos para os próprios imigrantes: a partir de lógicas culturais gestadas na experiência da imigração, os brasileiros no Porto pensam a mobilidade a partir das próprias concepções de brasilidade colocadas em movimento no Porto.

Frente aos estereótipos portugueses, determinadas características eram esperadas dos trabalhadores brasileiros. As principais eram alegria, simpatia e cordialidade. Acreditando que os brasileiros portavam atavicamente essa série de características, os empregadores portugueses procuravam por esses imigrantes para determinados trabalhos. Os brasileiros passaram pelo que chamo de processo de exotização. Para além de ser submetida ao “orientalismo”, a “práxis” da população brasileira estereotipada se relacionava com as imagens constituídas do imaginário hegemônico português de uma forma específica. Ou seja, os imigrantes brasileiros no Porto não apenas estavam sujeitos à construção das imagens estereotipadas por determinados agentes de poder, mas também eram sujeitos ativos da exotização. Assim, no caso dos brasileiros em Portugal, adaptar-se mais eficientemente

aos estereótipos portugueses podia conferir maior poder a determinadas pessoas, que impuseram a sua própria forma de brasilidade.

Os imigrantes brasileiros dirigiam-se principalmente para o mercado do atendimento ao público. A hotelaria ainda era, em 2000, a melhor fonte de empregos, principalmente por uma suposta “vantagem estrutural” dos brasileiros: eles tinham fama de festivos, simpáticos, além de falar português. Essa “fama” garantia espaço no mercado e uma posição privilegiada na hierarquia das alteridades. O que chamo de “hierarquias das alteridades” é uma forma de escalonar em termos valorativos as diferentes populações que se encontram dentro de Portugal. Defendo a ideia de que a atual hierarquia que qualifica as populações imigrantes em Portugal, e na qual os brasileiros têm um lugar privilegiado, é fruto das hierarquias coloniais portuguesas.

Muitos trabalhavam como garçons, vendedores de lojas, representantes de vendas, músicos. De certa forma, o brasileiro era um animador. Os brasileiros passaram por fenômenos sociais de efetivação dos estereótipos, têm relação íntima com a sua produção, mas vão além da mera constatação da sua existência. Referem-se não apenas à imposição de imagens estereotipadas, o que poderíamos chamar de “orientalismo”, seguindo Said, mas também como determinadas imagens sobre o outro são construídas e passam a ter autonomia simbólica, num processo de “encarceramento simbólico” dos nativos.

Assim, no caso dos brasileiros em Portugal, adaptar-se mais eficientemente aos estereótipos portugueses podia conferir maior poder a determinadas pessoas. Os imigrantes brasileiros, longe de serem receptáculos de estereótipos construídos à revelia das suas vontades, estavam, portanto, também engajados no reforço sistemático destes. Não eram apenas objetos da estereotipação, mas sujeitos ativos na sua promoção. Como o trabalho da maioria estava ligado às imagens essencializadas do Brasil, os imigrantes procuravam reforçar sua autenticidade enquanto brasileiros. Quanto “mais brasileiros” aparentavam ser, maior era a influência entre os brasileiros e maior a legitimidade entre os portugueses com os quais se encontravam em posição simbolicamente subordinada, já que os empregos eram mais facilmente conquistados por “aqueles que sabiam o seu lugar”.

Tendo em vista que relações de poder entre os imigrantes passavam, entre outras coisas, pelo controle de uma larga rede de possíveis empregadores portugueses, os líderes acabaram sendo os que, tendo se encaixado nas imagens correntes sobre o Brasil, conseguiram inserir-se solidamente no mercado de trabalho. Tornaram-se intermediadores, reconhecidos entre os brasileiros no Porto, cuja situação de mediação proporcionava acúmulo de poder entre os demais imigrantes brasileiros.

A influência dos “mais autenticamente brasileiros” não se restringia à esfera econômica, mas a toda a vida social da “comunidade brasileira”, pois, tendo construído lugares de poder a partir da própria subordinação simbólica aos estereótipos portugueses, passaram a ser os referenciais num processo de construção de identidades entre os brasileiros no Porto. Esses mediadores atuavam como pivôs de um processo de construção de uma diferencialidade⁷ brasileira imigrante focada na incorporação dos estereótipos portugueses.

Aqui, finalmente, entra a questão da movimentação: não a emigração em si, mas como a movimentação daqueles imigrantes que já estavam em Portugal era importante na vida cotidiana de uma comunidade brasileira no

Porto. Entre os intermediários, um elemento fundamental de definição de brasilidade, no sentido da exotização, era o movimento constante para o Brasil. Passar férias no Brasil era um tipo de processo ritual de abasileiramento. Ou seja, os imigrantes que pudessem viajar regularmente para o Brasil eram vistos como um pouco mais brasileiros e estavam de alguma forma mais próximos da imagem estereotipada de brasilidade que passou a organizar as diferencialidades brasileiras no Porto.

A viagem regular ao Brasil nesses novos termos implicava num roteiro diferente: era preciso passar, quando no Brasil, pelos destinos atrelados a essa “tropicalidade compulsiva”. Assim, os imigrantes passavam pouco tempo com a família depois saíam em férias pelo Brasil, visitando as praias no Rio de Janeiro e no Nordeste. Ora, aqui a movimentação se apresenta como um índice de produção de centralidade, de abasileiramento, que só tem sentido dentro do universo simbólico dessa comunidade brasileira no Porto (em 2000). O movimento é um certo tipo produção de diferença, grandemente influenciado pelas políticas de imigração portuguesas, já que ir e vir depende fortemente da condição legal do imigrante. O evidente neste caso é que esse recurso ao movimento era restrito aos imigrantes que conseguiram “legalizar-se”.

MOVIMENTO COMO PARENTESCO

Por fim, discorro sobre a migração de valadarenses (Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil) para outros países do ponto de vista das famílias que ficam (Machado 2009, 2010). Demonstro como o movimento de entes familiares implica na constituição de novas formas de organização da família, baseadas em princípios distintos de relacionalidade (*relatedness*). No trabalho recente em Governador Valadares, principal região de emissão de imigrantes brasileiros, temos verificado que as pessoas migram para construir o projeto futuro de suas famílias e constituir novas centralidades nas suas relações; estando longe, o que produz a relação (o próprio parentesco) não é mais a convivência e o sangue, mas o envio de sinais diacríticos de presença e interesse no núcleo familiar (remessas, bens, telefonemas, *emails*, vídeos).

As decisões de migrar têm relações profundas com os processos de fissão e fusão de núcleos familiares, com sua constante movimentação de fronteiras entre pessoas de mesmas famílias. A construção desse projeto familiar é cristalizada na intenção de erguer uma casa própria com os recursos advindos da migração. O caso dos bairros pobres de Valadares, de onde saem os emigrantes da nossa pesquisa, indica uma vontade coletiva de construção física de uma casa, que seria a sede oficial da própria família. Tenho chamado esse processo de construção de “nanocasas” valadarense (das camadas pobres da população).

As relações podem ser fortalecidas ou enfraquecidas com a ausência prolongada e tudo depende da sua manutenção através de outros meios que não o da convivialidade: a circulação de remessas de dinheiro aparece como um substituto simbólico para essas relações que definiriam uma Casa. A sua manutenção ao longo do tempo significa que os planos originais de constituir a própria Casa estão ainda sendo construídos.

O processo da emigração internacional em Valadares aciona perspectivas de gênero e de geração, mediadas pelo envio de remessas como índice de continuidade das relações familiares. As perspectivas de gênero

dizem respeito principalmente ao caso de homens que emigram deixando esposas como organizadoras do lar. Demonstramos como uma teia de relações que perpassa o controle social da sexualidade feminina é construída em torno da ideia de fidelidade ao marido e respeito ao seu trabalho, materializado a partir das remessas.

A acusação de infidelidade é imediatamente relacionada a uma noção nativa de “abuso” sobre o trabalho do marido. Essas acusações em geral significam o fim do envio das remessas como sinal do término da relação familiar. No que tange à relação de geração, analisamos a importância da remessa na organização da relação entre pais e filhos, indicando o que temos chamado de “consumo totêmico”: o fato que determinado tipo de consumo de bens valorizados entre os jovens justifica a migração dos pais por um lado e, por outro, produz substitutos totêmicos para os pais durante sua ausência. Tanto num caso como no outro as remessas operam como estruturadores de relações familiares, assumindo uma dimensão não-econômica.

Importante ressaltar que embora as remessas apareçam como substitutos da presença do ente ausente e operem como continuadores da relação, isso não significa que as pessoas sintam que o fluxo de dinheiro é equivalente à presença de quem emigrou. No âmbito dos sentimentos a sensação é de que o dinheiro não substitui a presença, mas ao menos indica que num futuro qualquer as pessoas da família se reunirão novamente. Ou seja, há uma análise formal de como as relações se estruturam, e afirmamos que o fluxo de dinheiro é fundamental na estruturação dessas quando uns ou mais entes estão ausentes. Mas essa análise não implica em afirmar que o fluxo de dinheiro e a presença do ente são qualitativamente semelhantes. Do ponto de vista dos sujeitos os bens e o dinheiro são um pálido substituto de quem emigrou. Porém, se são incomparáveis, são também, desse ponto de vista, índices indispensáveis da continuidade da relação.

Percebemos uma tensão constante, na fala dos entrevistados, entre a ideia de desestruturação da família e os planos e projetos familiares. Os fracassos e as brigas geradas no seio da emigração são contrastados aos casos onde os planos foram bem-sucedidos, nos quais a casa foi comprada e a família se reorganizou em novos patamares: ou seja, quando a Casa e a sua sustentação ao longo do tempo garantem uma centralidade nas relações do casal. A tensão entre um modelo familiar “com ausência” permitida e o desejo de um modelo familiar tradicional resulta numa flexibilização das formas de viver a conjugalidade e mudanças radicais na educação e criação dos filhos. Persiste também uma constante ameaça de o sonho ruir perante as pressões da situação de migração.

Esse cenário de emigração indica que o movimento é visto e entendido como um sinônimo de “família”. Ele não aparece como um capital em si, mas como uma forma possível de erguer um núcleo familiar autônomo. Como “família”, essa movimentação supõe formas de agenciamento de uma presença “à distância”: o envio constante de remessas. Supõe uma materialização simbólica do ente ausente: os bens totêmicos, comprados por pais, maridos, noivos, filhos aos seus parentes que permaneceram em Valadares. Como família, a movimentação supõe também um risco de esfacelamento: o casamento pode acabar sob a ameaça de novas relações, traições, fim do envio de remessas.

A volta do ente ausente, ou dos entes ausentes, implica em novos desafios, agora a aventura de reestruturar relações que aconteciam necessariamente à distância. Em algumas oportunidades isso não é possível, resultando

num fim daqueles sonhos que geraram a movimentação, em outras resultam em desajustes sérios entre os membros de uma família agora unida fisicamente. O movimento implica em família como sonho e modelo futuro na ida e como reordenação de relações na volta. Algumas vezes tudo funciona a contento, outras vezes vivem-se grandes dramas. Importa notar aqui que a movimentação implica em sentidos muito distintos daqueles dos outros três exemplos que estudamos.

OS MOVIMENTOS DIFERENTES

Temos quatro exemplos que tratam de mobilidades, de imobilidades e circulações e eles evocam uma dificuldade: homogeneizar as experiências de movimentação, como os movimentos teóricos fazem, sempre traz uma perda significativa da complexidade das vidas em movimento. Essas vidas resistem às tentativas de redução teórica e as quatro situações lidam com diferentes movimentações e diferentes implicações. Num movimento schneideriano, poderíamos dizer que, como o parentesco, a migração não existe: não existe como uma mesma entidade que acontece com diferentes pessoas, países e situações. Há movimentos, deslocamentos e sentidos particulares atrelados a essas experiências. As mobilidades dificilmente podem ser imobilizadas em quadros teóricos abrangentes. Mas ao olharmos para determinados exemplos é possível pensar em conexões produtivas para pensar o movimento. Nossos exemplos indicam que a conexão entre movimento e parentesco é um desses casos.

O exemplo da família que se muda em parte para cidade evidencia que o movimento ali é uma expulsão, uma falta de alternativa. Mas essa expulsão segue uma ordenação do parentesco local, muito desfavorável às mulheres, sob certo ponto de vista (não são sujeitos de antecipação de herança). Mas quando aos filhos homens mais novos a mesma alternativa foi oferecida (a expulsão pelo estudo), operou-se um drama na ordem das definições de masculinidade: tendo sido criados como homens na roça, a vida urbana tinha uma conotação feminina que afetou a forma como esses dois homens eram vistos. Aqui o movimento produz efeitos nos papéis de gênero. Na roça a imobilidade é masculina, oposta a uma mobilidade feminina⁸. Podemos dizer, sob certa perspectiva, que o movimento ali é gênero, assim como é parentesco.

Já no caso de Estação Dias, temos outra relação entre movimento e gênero, que passa pelos caminhos da política local. O fato de o movimento ter se transformado num valor moral local, positivado contra a imobilidade dos pequenos agricultores, depois de um processo nacional de urbanização e valorização do urbano, aponta para uma transformação e reação às ordens de gênero estabelecidas no sistema local. Antes alijadas da esfera pública, em Dias as mulheres acabaram por tomar de assalto a política, tornando-se intermediárias num sistema político local. Aqui as velhas ordens do parentesco que vimos no primeiro exemplo (a distância física entre o lugar da família do primeiro exemplo e esse bairro rural é mínima) são retorcidas a favor de uma moralidade positivada do movimento que, entretanto, continua a ter algo de feminino em si. Torcendo essas ordens a seu favor, um conjunto de mulheres em Dias inverte algumas hierarquias, mas não todas.

Nos dois casos vemos mais o parentesco que a movimentação, de fato. E vemos o lado hierárquico e excludente de certas lógicas de parentesco, e não o lado positivo da “mutualidade do ser” de Sahlins (2011a e

2011b), como nos lembra Carsten (2013). E vemos ordens de gênero operando em direções opostas, mas ambas conectadas à mobilidade. Vemos também hierarquias políticas que se mantêm na ordem do parentesco. Mas no segundo caso é justamente a movimentação que ganha sentido simbólico, enquanto no primeiro exemplo tinha um caráter de exclusão a ser mascarada.

No terceiro caso, entre os brasileiros no Porto, a movimentação que importa não é a migração em si, mas aquela que esses emigrados, em suas construções culturais em Portugal, determinam como importantes. Nesse sentido, a migração não importa a esses brasileiros: importa a movimentação, como eles a pensam. Numa lógica coletiva, emergiu uma diferencialidade ajustada às imagens portuguesas sobre uma brasilidade atávica, no fim avidamente perseguida por esses imigrantes. Dentro deste contexto local, os brasileiros viam a movimentação para o Brasil como viagens de acúmulo de “capital simbólico” (para usar a expressão de Bourdieu). Perseguiam no Brasil formas de legitimar sua posição entre a “comunidade” no Porto e o faziam seguindo um roteiro tropical quando no Brasil.

A movimentação aqui aparece como hierarquizadora, como agência de distinção entre os brasileiros no Porto, em busca sempre de um modelo inatingível de brasileiro perfeito. A movimentação é parte de uma diferença constituída pelos brasileiros no Porto, é subsumida à lógica de prestígio e poder criada por eles, com todas as consequências que traz um jogo de hierarquização. O jogo de relações entre os migrantes que sustenta essa forma de pensar a movimentação tem também uma dinâmica de parentesco: ela é construída entre pessoas que se consideram irmãos e, como se diz, “apoio” no universo às vezes agressivo da imigração em Portugal. Esse apoio é um nome para “família” e os imigrantes passam muito do tempo constituindo relações que são de parentesco. Aqui vale um destaque para o fato de que essas relações não tenderiam a ser vistas como parentesco, por faltar a elas dimensões ligadas ao sangue e à reprodução. Mas esticando as possibilidades analíticas da noção de relacionalidade (radicalizando a abertura que a “mutualidade do ser” de Sahlins oferece a essa noção), poderíamos ver facilmente aqui também mecanismos de parentesco onde a movimentação executa um papel importante e não relacionado ao gênero como nos dois primeiros exemplos.

O último exemplo expõe claramente como o movimento é parte de uma lógica local de parentesco e, de certa forma, responde a esta lógica como um atalho. Um atalho perigoso, durante o qual novas formas de viver o parentesco são criadas e nas quais as remessas e o envio de presentes são elementos estruturantes de uma relação à distância. A lógica das nanocasas leva os valadarenses a buscar uma centralidade nas relações, e o princípio básico para isso é a construção de uma casa⁹ que abrigue essas relações. Além da casa está a capacidade de manter um lar operando segundo lógicas relativas à ordem das nanocasas.

A movimentação responde aqui também à lógica do parentesco, impondo, entretanto, uma alteração das regras durante a migração: a ordem das relações entre as pessoas que compõem a família altera-se durante o período de migração, levando a outros modelos de vida familiar. Esse processo resulta num possível choque quando a família se reúne novamente (se isso acontecer). Como voltar ao modelo original, para o qual a movimentação apareceu como solução? Esse é um desafio, ao qual as respostas são muito variadas. Mas em geral vemos implicações também na

esfera das relações de gênero, que dificilmente voltam a ser como antes da partida. O movimento aqui tem como fim a imobilidade da casa própria (e a dinamização das relações) e implica na reconstituição da família num ponto futuro de uma forma que não é aquela relativa ao momento antes da viagem. Um sistema cria o movimento, mas não garante que permanecerá após o movimento. O dinamismo aqui perpassa todos os momentos: seja a partida, o período de migração bem como a volta, para um sistema de parentesco ele próprio em transição: de um modelo tradicional passa a um modelo operado à distância e depois passa a um modelo onde mulheres podem ter papéis diferentes, por exemplo. As pessoas se movimentam, assim como o próprio parentesco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esses quatro exemplos espero ter exposto um leque amplo de possibilidades de relações entre a movimentação e a constituição de diversos tipos de parentesco. O que tenho a dizer, como olhar final sobre esses exemplos, e ainda de forma bastante especulativa, é que esses movimentos significam coisas muito diferentes, e isso de formas distintas. Talvez seja possível pensá-los a partir de teorias unificadoras, mas para isso paga-se o preço de ofuscar a diversidade das experiências. As etnografias, de alguma forma, resistem a essas rubricas unificadoras.

Vimos, entretanto, que todos os exemplos relacionam parentesco ao movimento, sempre a partir das lógicas internas às relações, regras e moralidades vinculadas às relações entre parentes. Mas isso não permite uma unificação, pois as formas de relacionalidade (ou parentesco, para os mais tradicionais) são elas próprias particulares¹⁰, gerando relações ainda mais específicas com as movimentações. Às teorias gerais escapa o fato de que relações de parentesco fazem movimentações acontecer, sustentam fluxos, constroem justificativas, propõem alternativas de deslocamento. Por outro lado, essas mesmas movimentações colocam em risco as relações que as engendraram, como vimos em alguns dos exemplos.

Procurei resumir o movimento às experiências culturais dos sujeitos que analiso, por acaso entrelaçadas ao parentesco. Que o movimento produz transformações de várias ordens, já o sabemos desde o século XIX e, principalmente com Rivers, o sabemos com sofisticação e profundidade analítica que é difícil superar. Mas a direção, a qualificação e mesmo a existência ou não de diferenciações não se pode atribuir à movimentação em si, mas às ordens culturais que produzem valores e tensões (e sistemas de parentesco), das quais e nas quais a movimentação pode ser (ou não) um ingrediente fundamental.

Igor José de Renó Machado é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor Associado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

NOTAS

- 1 Este artigo é uma versão modificada de artigo publicado na *R@u - revista de Antropologia da UFSCar* 06(02) 2014.
- 2 Para uma apreciação da obra de Barth, ver Villar (2004).
- 3 Ver Glick Schiller, Basch, e Blanc-Szanton 1992; Glick Schiller 2009; Portes; Guarnizo; Landolt 1999; Waldinger; Fitzgerald 2004.
- 4 Temos aqui apenas um resumo do argumento, que pode ser visto em detalhe em Machado 1998.
- 5 A argumentação detalhada desse exemplo encontra-se em Machado 1997, 2002.
- 6 Há evidências na bibliografia (como em Canedo 1997) de que essa ética ligada à movimentação já fazia parte de um repertório da elite política mineira desde a metade do século XX. Aqui, entretanto, lidamos com pequenos agricultores e a política em esfera municipal, de um pequeno bairro rural.
- 7 Diferencialidade é o conceito que utilizo para discutir a produção de diferenças sem recorrer à ideia de identidade. Para uma discussão sobre essa opção, ver Machado 2011a e 2011b.
- 8 Podemos contrastar essa oposição com o que acontece dentro da propriedade, onde o homem circula pelas roças e a mulher permanece na casa e em seus arredores.
- 9 Sobre a casa do imigrante em Valadares, ver Stabelini (2013).
- 10 Aqui assumo um ponto de vista mais schneideriano que sahlinsiano: o parentesco é, do meu ponto de vista, depende de cada caso e a mutualidade do ser, como lembra Bloch, acontece em muitas situações que o próprio Sahlins não chamaria de parentesco. Como disse em outro momento, a vantagem de usos mais elásticos do termo relacionalidade é justamente relacionar coisas que não aparecem como óbvias nas nossas noções antropológicas de parentesco (Bloch 2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAUT, James M. 1993. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York: Guilford.
- BLOCH, Maurice. 2013. "What kind of 'is' is Sahlins' 'is'?" *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 3(2): 253-257.
- CANEDO, Leticia Bicalho. 1997. "Metáforas da família na transmissão do poder político". *Cadernos do CEDES* 42: 29-52.
- CARSTEN, Janet. 2013. "What kinship does – and how". *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 3(2): 245-251.
- GLICK SCHILLER, Nina. 2009. "Theorizing about and Beyond Transnational Processes". In: E. Mielants; M. Cervantes-Rodriguez; R. Grosfoguel (eds.). *Caribbean Migration to the United States and Western Europe*. Philadelphia: Temple University Press.
- _____; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. 1992. "Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration". *Annals of the New York Academy of Sciences* 645: 1- 24.
- HUGILL, Peter J. 1996. "Diffusion". In: D. Levinson; M. Ember (eds.). *Encyclopedia of Cultural Anthropology*. New York: Henry Holt and Company.
- HUTCHINSON, John; D. SMITH, Anthony (eds.). 1996. *Ethnicity*. Oxford: Oxford UP.
- KUKLICK, Henrika. 1996. "Diffusionism". In: A. Barnard; J. Spencer (eds.). *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London: Routledge.
- MACHADO, Igor. 1997. Dias em Movimento: espaço e poder numa "comunidade-dormitório" mineira. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- _____. 1998. "História Familiar e Jogos de Diferença: trabalho, antecipação de herança e gênero". *Temáticas* 11/12: 167-194.
- _____. 2002. "Lugar ampliado, espaço e poder". *Campos* 2: 101-116.
- _____. 2004. "Brazilian Immigration and the Reconstruction of Racial Hierarchies of the Portuguese Empire". *Vibrant* 1: 1-22.
- _____. 2006. "Imigração em Portugal". *Estudos Avançados* 20: 119-135.
- _____. 2009. *Cárcere Público: Processos de exotização entre brasileiros no Porto*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- _____. 2009. "Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares". *Horizontes Antropológicos* 15: 167-187.
- _____. 2010. "Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil". *Etnográfica* 14: 5-26.
- _____. 2011a. "Kinship and Differentialities: Alternatives to Identity and to Ethnic Frontiers". *Vibrant* 8: 220-235.
- _____. (Org.). 2011b. *Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*. São Carlos: Edufscar.
- MINTZ, Sidney W. 1998. "The Localization of Anthropological Practice: From area studies to transnationalism". *Critique of Anthropology* 18: 117-133.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis; LANDOLT, Patricia. 1999. "The Study of Transnationalism: Pitfalls and Promise of an Emergent Research Field". *Ethnic and Racial Studies* 22 (2): 217-37.

- SAHLINS, Marshall. 2011a. "What kinship is (part one)". *Journal of the Royal Anthropological Institute* 17(1): 2-19.
- _____. 2011b. "What kinship is (part two)". *Journal of the Royal Anthropological Institute* 17(2): 227-249.
- SCHNEIDER, David. 1984. *A Critique of the Study of Kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- STABELINI, Fábio. 2013. Estrutura e ausência: produção do parentesco na casa emigrante. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. 1974 [1918]. *The Polish Peasant In: Europe and America*. New York: Octagon Books.
- VILLAR, Diego. 2004. "Uma abordagem crítica do conceito de 'etnicidade' na obra de Fredrik Barth". *Mana* 10(1): 165-192.
- WALDINGER, Roger; FITZGERALD, David. 2004. "Transnationalism in Question". *The American Journal Sociology* 109(5): 1177-95.

Movimentos e parentesco: sobre as especificidades dos deslocamentos

RESUMO

O artigo procura entender algumas dinâmicas da movimentação de pessoas entre diferentes espaços e temporalidades. São quatro exemplos que procuram demonstrar diferentes dimensões da movimentação como qualificadora de sociabilidades distintas. Analisa-se a transição de uma família do campo para a cidade; um bairro rural no interior de Minas Gerais (Brasil); a imigração internacional de brasileiros no Porto, Portugal, e a migração de valadarenses para outros países do ponto de vista das famílias que ficam. Demonstra-se como o movimento tem implicações completamente distintas e discutem-se as várias relações entre a movimentação e a constituição de experiências migrantes.

PALAVRAS-CHAVE: parentesco; deslocamentos; família.

Movements and Kinship: on the specificity of displacements

ABSTRACT

This article attempts to understand some of the movement dynamic of people between different spaces and temporalities. We analyze four examples that strive to demonstrate different dimensions of displacement as qualifiers of distinct sociabilities. The text analyzes the transition of a family from the countryside to the city; a rural district in the state of Minas Gerais (Brazil); Brazilian international immigration in Porto, Portugal; and finally the migration of “valadarenses” to other countries from their families’ point of view. The article show how the movement has different implications and it also discusses the various relationships between the movement and the establishment of migrant experiences.

KEYWORDS: Kinship; displacement; Family.